

Um dos instrumentos ideológicos mais utilizados para a consecução de seu objetivo é o nacionalismo. Segundo as classes dominantes todos os cidadãos devem obediência suprema a um interesse nacional que paira acima dos interesses das classes, nacionalismo esse definido como necessidade geral e formalizado em termos de cultos de símbolos, heróis e a uma “memória nacional” onde são glorificados os santos da burguesia.

Assim, após analisar a função do Estado na sociedade capitalista avançada e demonstrar a conotação ideológica que possui a corrente defensora do pluralismo democrático, o autor afirma que nas sociedades capitalistas avançadas existe um poder econômico privado e cada vez mais concentrado na mão de um grupo pequeno de pessoas; estas pessoas têm uma preponderância maciça na sociedade, no sistema político e na determinação da política e ação do Estado; a igualdade política, a não ser em termos formais, é impossível nas condições do capitalismo avançado; o Estado é o guardião e protetor dos interesses econômicos da classe dominante.

Analisando as direções em que se movem os regimes políticos destas sociedades, o autor aponta a tendência dos Estados capitalistas avançados para o autoritarismo conservador, devido à necessidade de manter um controle crescente sobre os indivíduos. Para isto, utiliza simultaneamente a reforma de pontos não essenciais à sobrevivência do sistema e a repressão:

“Quanto mais o Estado busca reprimir, maior é a oposição que deverá engendrar; quanto maior a oposição que engendra, maiores serão os poderes que deverá invocar. É ao longo desta linha que está a transição da “democracia burguesa” para o autoritarismo conservador” (pág. 329).

Em suma, um livro importante, embora com algumas falhas oriundas quase sempre de certa pressa nas generalizações. Levantando problemas e aprofundando questões essenciais, Miliband trouxe a discussão sobre o tema abordado para uma perspectiva mais científica, contribuindo para desmistificar a visão essencialmente ideológica do Estado capitalista, veiculada pelos “cientistas sociais” porta-vozes do sistema, inclusive nas sociedades dependentes que têm como uma de suas características básicas a importação destes modelos.

ARTUR PEREIRA CUNHA

* * *

KOSIK (Karel). — *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969, 230 pp.

Embora a edição italiana do presente livro tenha sido lançada em 1965, e a brasileira há quatro anos, não se observou até agora sua inclusão entre os

textos básicos de cursos universitários. Isto surpreende porque, independente do valor intrínseco à obra, verifica-se nítida preocupação didática do autor.

O livro se compõe de quatro capítulos, os quais são oriundos de duas conferências realizadas por Kosik em 1960. Daí decorre a extrema vinculação entre os capítulos I *Dialética da Totalidade Concreta* e IV “*Praxis*” e *Totalidade*, e os capítulos II *Economia e Filosofia* e III *Filosofia e Economia*, o que imprime coerência à exposição dos temas.

Este trabalho alinha-se junto àqueles que utilizam a metodologia dialética, quer na análise de novas problemáticas, como no reestudo de questões já tratadas. Segundo Darcy Ribeiro, presta efetiva contribuição no sentido de

“enriquecer o próprio esquema conceitual marxista” (1).

Assim, Kosik centra a temática de seus estudos em torno da posição do investigador diante do objeto, e propõe o comprometimento do cientista, quando afirma que

“Todo agir é “unilateral”, já que visa a um fim determinado e, portanto, isola alguns momentos da realidade como essenciais àquela ação, desprezando outros, temporariamente. Através deste agir espontâneo, que evidencia determinados momentos importantes para a consecução de determinado objetivo, o pensamento cinde a realidade única, penetra nela e a “avalia” (p. 15)”.

Em virtude das preocupações do autor, o capítulo mais denso é o I, onde estão contidas suas proposições fundamentais. O capítulo II expõe um acurado estudo das condições em que se produz o conhecimento, Kosik explora os múltiplos aspectos do cotidiano, da ciência e da cultura, na tentativa de um maior esclarecimento daquelas condições, com vistas a desmistificar determinados produtos intelectuais. A análise exaustiva de *O Capital*, e da própria economia é o enfoque dado pelo capítulo III. No capítulo IV é retomada a temática do capítulo I, porem, não em sua perspectiva teórica, ao contrário, enfatizando as implicações pragmáticas; isto leva, conseqüentemente, a que maior número de leitores seja sensibilizado pelas colocações apresentadas.

Para Kosik o fundamento básico do conhecimento é a cisão do todo, há uma

“oscilação entre os fatos e o contexto (totalidade), cujo centro ativamente mediador é o método de investigação” (p. 48).

Daí decorre que a abordagem da totalidade se constitui em pedra angular de qualquer tipo de investigação, porquanto é a partir dela que se processa a “cisão do todo” e são esses passos os determinantes da pesquisa; permitindo

(1). — RIBEIRO (Darcy). — *As Américas e a Civilização*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 30.

inclusive, a identificação do método utilizado para a obtenção dos resultados. Assim, o autor se vale do conceito de pseudo-concreticidade, que é

“a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da *praxis* utilitária” (p. 19),

para melhor explicar a totalidade concreta. Logo, uma abordagem pseudo-concreta da realidade desprezaria a dinâmica social, focalizando seus objetos em um espaço petrificado, com o auxílio de lentes da falsa consciência. A contrapartida desse quadro se constitui na totalidade concreta, segundo a qual

“cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo” mas “só quando inseridos no todo correspondente é que adquirem verdade e concreticidade” (p. 41),

o que exige do observador o árduo trabalho de romper a aparência dos fenômenos para penetrar-lhes o âmago e assim detectar não só as conexões com o todo, como também compreender o significado das contradições que encerram.

A partir dessa posição do autor, torna-se clara a importância da perspectiva diacrônica nesse método, o que conduz a uma frontal incompatibilização, especialmente, com o estruturalismo. Kosik se refere em tom ácido aos estruturalistas, quando mostra que para os mesmos

“a realidade social é entendida como um conjunto ou totalidade de estruturas autônomas que se influenciam reciprocamente. O sujeito desapareceu... o autêntico sujeito... foi substituído por um sujeito mitologizado, reificado, fetichizado: pelo movimento das estruturas” (p. 52).

Segundo o Autor

“O sentido da história está na própria história: na história o homem se explicita a si mesmo, e este explicitamente histórico — que equivale à criação do homem e da humanidade — é o único sentido da história” (p. 217),

de acordo com essa afirmação, na história se encerra a própria essência do existir humano, porquanto é nela que se realizam tanto a vida individual, como a vida coletiva. Isto dá a medida da inexecutabilidade de uma metodologia que se propõe atingir o conhecimento, desprezando a abordagem diacrônica.

A contribuição de Kosik, além da proposição de uma ciência pragmática, assenta-se no estudo de como os fatos devem ser tratados em relação à realidade abrangente. Independente dos comentários críticos, faz-se urgente a abertura de um debate amplo sobre este trabalho, que apresenta sugestões capazes de bem orientar o exercício de reflexão acerca de questões vitais para o desenvolvimento das ciências humanas.

PAULO EDUARDO CABRAL

* * *